Marcelo Cortes Neri

Começar de novo

Com o Bolsa-Família, a política social pode entrar nos eixos

NESTE PRIMEIRO ANO DE GOVERNO, O PROJETO FOME Zero foi a prioridade do presidente Lula, como fora o Plano Real para seu antecessor. Lula quer um choque na miséria comparável ao dado pelo Real na inflação. Mas seu desafio é ainda maior: a inércia da iniqüidade brasileira é mais forte que a da inflação. Tal como na luta pela estabilidade, é preciso desindexar a desigualdade e romper com o passado, atuando diretamente nos fluxos de renda.

O Fome Zero é uma política de renda com uma grande qualidade e um grande defeito. A qualidade é a capacidade de mobilizar a sociedade. Ponto para Lula: já era hora de as questões sociais entrarem na ordem do dia. O combate à miséria nunca ocupou tanto espaço nos corações e mentes brasileiros.

Mas boas intenções e propaganda não bastam. Mais do que operacionais, os problemas do Fome Zero são de concepção. Buscou-se um combate literal à fome, até mesmo cerceando a liberdade de o pobre escolher o que podia ou não consumir. Na tentativa de aumentar a produção agrícola e a capacidade de geração de renda locais, o Fome Zero incorreu num pecado original: pretender reinventar a roda. A ânsia de mudar fez com que o governo desprezasse avanços na estrutura de combate à pobreza feitos nos últimos anos. O Projeto Alvorada, do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, ainda que tardio e mal divulgado, incorporava elementos da melhor tecnologia disponível — alguns deles já praticados pelo PT. O melhor exemplo são os programas de transferências condicionais de renda, segundo os quais o pobre deve dar uma contrapartida social aos pagamentos. A idéia é melhorar tanto sua situação no presente quanto torná-lo menos pobre no futuro (como faz o premiado Bolsa-Escola). Em vez de corrigir as limitações do Alvorada, aproveitando suas qualidades, a opção inicial foi mudar totalmente o rumo da política social. O resultado foi uma involução nas práticas sociais.

A inércia da iniqüidade brasileira é maior do que a da inflação

Por isso, o governo resolveu mudar. Sai do centro da cena o Fome Zero, entra o Bolsa-Família. É uma tentativa de unir o Fome Zero aos programas sociais herdados da gestão anterior. A unificação representa a retomada do uso de tecnologias sociais de ponta. Ela permite maior consistência e sistematização às ações do governo federal, integrando programas e cadastros criados em diversos ministérios em diferentes momentos. O Bolsa-Família, ao unir inúmeros programas de transferência de renda, poderá promover a convergência de resultados. Outra iniciativa importante é a formação do cadastro social único, uma espécie de censo operacional dos pobres.

O Fome Zero conseguiu inspirar ações e recursos da sociedade civil e das empresas. Recente pesquisa do Ibope o coloca como o programa mais popular do governo, com 42% de referências. Sua capacidade de mobilizar não deve ser desperdiçada. Mas não devemos esperar dele mais do que pode oferecer. É o Bolsa-Família que representa uma possibilidade real de combate eficiente à miséria nacional usando elementos da nova geração de políticas sociais disponíveis.

É claro que o Bolsa-Família tem desafios importantes pela frente. Talvez o principal seja articular os diversos níveis de governo, até para que a ação do governo federal não implique deslocamento das ações estaduais e municipais. Outro desafio é a adoção de uma linha oficial de miséria que permita traçar metas objetivas de redução da miséria ao longo do tempo, à semelhança das metas inflacionárias. Metas sociais facilitariam a realocação de recursos e colocariam o desenvolvimento humano em pé de igualdade com o desempenho econômico. ■

Marcelo Cortes Neri é chefe do Centro de Políticas Sociais da FGV. E-mail: mcneri@fgv.br